

O MOSTEIRO DE S. DINIS E S. BERNARDO DE ODIVELAS, PANTEÃO RÉGIO (1318-1322)

GIULIA ROSSI VAIRO*

Em 1318, os soberanos D. Dinis e D. Isabel decidiram fazer do mosteiro feminino cisterciense de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas o panteão familiar e, em sentido mais lato, o panteão régio. Até àquela data, tinha sido a *galilé*, o nartex, espaço localizado no exterior do templo, do Mosteiro de S. Cruz de Coimbra, primeiramente, e da Abadia de Sta. Maria de Alcobaça, em seguida, a acolher as sepulturas dos reis da primeira dinastia e dos seus familiares¹.

A pesquisa de arquivo, levada a cabo no Arquivo Secreto Vaticano (ASV) e no Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (IAN/TT, Lisboa), e a reconstrução do contexto histórico no âmbito do qual o casal régio tomou esta resolução permitiram fazer luz sobre esta particular circunstância até há pouco desconhecida da historiografia portuguesa².

A decisão de criar um panteão régio no mosteiro de Odivelas deve-se à iniciativa de D. Dinis. Esta enquadrava-se no projecto de reconciliação e pacificação familiar trazido pelo soberano no regresso da peregrinação a Santiago de Compostela, onde se dirigiu para se recolher em oração no túmulo do Apóstolo, no início do ano de 1318³. Na tentativa – e na esperança – de aplacar os diferendos surgidos, ao longo de 1317, com o herdeiro do trono e a rainha e que exigiram a mediação do papa João

* Membro do Instituto de História da Arte, doutoranda em História da Arte Medieval na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref.^a SFRH/BD/43795/2008). g.rossivairo@tiscali.it.

¹ Sobre os panteões régios da primeira dinastia, veja-se: GOMES, 1997: 283-295; VIEIRA DA SILVA, 2003.

² Esta tese, devidamente desenvolvida, foi apresentada pela primeira vez em: ROSSI VAIRO, 2009: II, 845-896.

³ O rei dirigiu-se a Compostela em meados do mês de Janeiro desse ano 1318, chegando ao destino por ocasião da festa de Nossa Senhora da Purificação (2 de Fevereiro); sobre a peregrinação de D. Dinis a Compostela e à análise dos factos ocorridos em 1318, veja-se: ROSSI VAIRO, 2011a.

XXII, o rei manifestou a intenção de tornar o mosteiro, por ele fundado à volta de 1295, em «um espaço simbólico de unificação do Reino»⁴. A partir daquele momento, dedicou-se a pôr em acto o seu propósito. De resto, a determinação do monarca foi bem acolhida e totalmente partilhada pela rainha D. Isabel, a qual decidiu legar a própria memória ao cenóbio cisterciense de Odivelas junto com o marido. De facto, como se deduz do conteúdo da carta enviada pelo pontífice a D. Dinis, em Fevereiro de 1319, o casal régio nutria uma «especial devoção» para com o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, onde elegeu a sua comum sepultura⁵.

A «especial devoção» dos soberanos, nomeadamente de D. Dinis, ao mosteiro, concretizara-se, durante os seus primeiros vinte anos de vida, em generosas doações, concessões de privilégios e isenções, destinadas a acrescentar o já conspícuo património de base.

As investigações até hoje desenvolvidas não nos permitem saber se o projecto de criar no mosteiro de Odivelas o panteão régio existia na mente do rei desde a sua instituição⁶. Apesar disto, algumas passagens da carta de dotação, redigida em 1295 por D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, poderiam eventualmente reflectir as ambições da Coroa sobre o cenóbio numa perspectiva de longa duração de tipo familiar, além de considerar a fundação como uma genérica iniciativa piedosa do soberano que, com isso, acrescentaria o seu prestígio pessoal⁷. Também algumas circunstâncias recentemente objecto duma nossa intervenção, no caso específico, a inclinação de D. Isabel para com a espiritualidade cisterciense durante grande parte da sua existência e a exigência, manifestada desde cedo, de viver momentos de oração junto com a reservada comunidade de Alcobça, poderiam levar a pensar na influência exercida pela soberana na decisão de D. Dinis de fundar *ex novo* um instituto de monjas *bernardas*⁸. Desta forma, os membros da família real teriam podido aceder ao interior do mosteiro sem pedir autorizações especiais às autoridades competentes⁹,

⁴ GOMES, cit.: 283.

⁵ Para a transcrição da carta apostólica de 27 de Fevereiro de 1319, veja-se: ROSSI VAIRO, cit.: 864-865.

⁶ O tema das origens do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas será objecto de aprofundamento na nossa tese de Doutoramento; neste momento sobre as origens da fundação, veja-se: VILAR VASCONCELOS & BRANCO, 1992: I, 589-601.

⁷ Na carta de dotação de 27 de Fevereiro de 1295, D. João Martins de Soalhães recorda que o rei fundou o mosteiro «*pro animabus suorum parentum et successorum et in suorum remissionem peccatorum*»; SOUSA, 1946-1957: I, 133.

⁸ Sobre a inclinação da rainha D. Isabel para com a espiritualidade cisterciense, veja-se: ROSSI VAIRO, 2011b.

⁹ A tal circunstância faz alusão a referida carta de dotação. Na carta de modificação das Constituições do mosteiro, de 14 de Julho de 1306, especifica-se que: «Licito seja ao senhor Rey entrar dentro com quais e quando lhe aprovver E aa Rainha semelhavelmente». D. Dinis dispõe também que as monjas doentes poderão sair da clausura somente com licença do rei e da rainha; para a transcrição da carta em questão, contida no *Códice Alcobacense* 232 da Biblioteca Nacional de Lisboa, veja-se: TEIXEIRA, 2007: 349-352.

além de serem os principais fruidores das orações da comunidade religiosa feminina que não tinha outra obrigação a não ser a de rezar pela alma dos ilustres defuntos.

É certo, de qualquer modo, que, em 1318, o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas se tornou o lugar que deveria acolher os despojos mortais e guardar a memória dos soberanos, presentes e futuros. Não deixa alguma dúvida a este propósito o facto de, na documentação produzida, quer pelo rei em favor do mosteiro, quer pela abadessa em nome do convento de Odivelas, mormente no biénio 1318-20, se recorrer a frases que evocam a possibilidade de frequência do cenóbio, no presente e no futuro, por parte de reis, rainhas, infantes e infantas¹⁰. Nalguns casos D. Dinis é ainda mais explícito, nomeadamente quando faz referência aos «Reis e Rainhas e infantes e Infantas que depois em esse mosteiro jouverem»¹¹.

No Reino de Portugal é a primeira vez, com respeito ao passado, que um monarca, no caso específico D. Dinis, conscientemente expressa e põe por escrito a vontade de fazer, não duma capela, mas dum inteiro instituto, cuja fundação se deve à sua própria iniciativa, um lugar simbólico, custódio da memória da Monarquia, um panteão régio. Uma prova, de tipo material e iconográfico, do propósito partilhado e posto em acto por D. Dinis e D. Isabel, é o selo em cera da abadessa Urraca Pais de Molnes, em funções de 1318 a 1340¹². Neste, figura a imagem da religiosa, de pé sobre uma espécie de pedestal, «protegida» por um baldaquino triangular, à direita do qual se encontram dois escudos: as armas do Reino de Portugal, em cima, e as armas do Reino de Aragão, em baixo. Trata-se dum *unicum* no panorama da esfragística monástica medieval portuguesa: com uma evidência gráfica, este selo dá-nos testemunho do envolvimento do casal régio no projecto em execução em 1318.

Os estragos causados pelos terramotos que afectaram a área onde antigamente se erguia o mosteiro não nos permitem ter uma ideia de como deveria ser a fábrica originária; mesmo assim, fontes seiscentistas informam-nos da generosa disponibilização de dinheiro por parte da Coroa, da grandiosidade do projecto, do empenho de vários anos por parte de distintos arquitectos e da magnificência do complexo¹³.

Ao longo do tempo, na *galilé* da abadia de Alcobaça (somente no século XV identificada como *Capela dos Reis*), confluíram os despojos de monarcas e de diversos membros da família real¹⁴. Considerando a vetustez, a importância e o valor de referência no território do cenóbio alcobacense – sob o ponto de vista político,

¹⁰ V. nota 10; IAN/TT – *Gavetas*, maço 1, doc. 1 e 4; IAN/TT – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 30, f. 9v-13.

¹¹ IAN/TT – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 3, f. 165-171; cfr. f. 166.

¹² Cfr. GONZAGA DE LANCASTRE E TÁVORA, 1983: 258; 272-273. Para a cronologia das abadessas do Mosteiro de Odivelas, desejo agradecer Luís Miguel Rêpas.

¹³ BRANDÃO, 1976: 218 e ss.

¹⁴ Cfr. GOMES, cit.: 290.

económico, social e cultural, além de religioso –, a vocação de panteão régio nunca teria podido prevalecer, não obstante o prestígio que desta teria derivado, e isto prescindindo do maior ou menor envolvimento da Coroa na vida da comunidade religiosa. Além disto, é oportuno lembrar que os restos de ilustres defuntos foram trasladados para Alcobaça já num segundo momento relativamente à sua morte. É o caso de D. Afonso III, sepultado em 1279 na igreja de S. Domingos de Lisboa, em cuja construção participara. Os despojos deste monarca foram transferidos para a *galilé* alcobacense por determinação da viúva Beatriz, na observância das disposições testamentárias do marido, e tumulados numa arca «duma simplicidade desconcertante»¹⁵ somente em 1289¹⁶. É razoável crer que naqueles dez anos, de 1279 a 1289, não seria a abadia de Alcobaça o lugar onde D. Dinis e a rainha-mãe se recolhiam em oração pela alma do amado familiar. Além disto, não é casual que a acção mecénica de D. Dinis para com a abadia, como a encomenda confiada ao mestre Domingos Domingues (1308-1311) de edificar o majestoso claustro do silêncio¹⁷, dando seguimento às disposições testamentárias do pai¹⁸, tenha sido concretizada após a morte da mãe Beatriz (†1300/1303) e da transladação do corpo da irmã Sancha, falecida em Sevilha (†1302). Somente depois de ter acolhido os despojos do pai e da mãe, o cenóbio alcobacense deverá ter adquirido, aos olhos do rei, uma efectiva função de lugar de transmissão da sua memória familiar. Porém, não sem as devidas distinções: não esqueçamos que o poderoso infante D. Afonso, falecido em 1312, que tinha posto à prova a estabilidade do reino, em contenda constante, entre 1281 e 1300, com o herdeiro designado, o irmão e soberano D. Dinis, nunca descansou em Alcobaça, nem os seus familiares, sempre ilustres expoentes da Coroa¹⁹.

Em 1318, em continuidade com o passado, mas actuando numa escolha clara e diversa com respeito aos seus antecessores, D. Dinis elege como panteão régio o Real Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, confiado ao ramo feminino da ordem cisterciense e de filiação directa na abadia de Alcobaça, cujo abade se tornava responsável da *cura monialium*. Nesta altura, o monarca confere ao cenóbio por ele fundado e à comunidade de monjas que o habita a tarefa de guardar, preservar da passagem do tempo e transmitir a memória da Coroa, instituindo capelas e a celebração de missas pelas almas dos defuntos e em benefício dos vivos, na consciência e no intuito de dar um novo curso à História.

¹⁵ SILVA, cit.: 42.

¹⁶ VENTURA, 2009: 192-193.

¹⁷ DIAS, 1988: 9-24.

¹⁸ SOUSA, cit.: 69-76.

¹⁹ Para a cronologia das sepulturas e das transladações dos despojos mortais, cfr. PIZARRO, 2005: 337-354.

Podemos supor que esta decisão nasça da vontade do rei, partilhada e acompanhada pela rainha, de transmitir aos vindouros uma precisa imagem de si próprio, mandando realizar um sepulcro monumental, bem longe das anónimas arcas dos seus antecessores, que lhe correspondesse quer nas feições, embora idealizadas, quer nas expectativas, qual canal privilegiado de transmissão da memória²⁰.

No testamento de 1299, D. Dinis dispunha ainda a própria sepultura, junto da mulher, na capela-mor da igreja de Alcobaça: pela primeira vez, depois de mais dum século, o corpo do rei abandonaria a *galilé* e entraria no templo, aliás acedendo ao espaço mais sagrado ao ser tumulado na proximidade do altar-mor²¹. Porém, a concretização de tal disposição teria provocado um confronto directo com os próprios antepassados, nomeadamente com os pais, tumulados no exterior, relegados no nártex, à entrada da igreja. Além disto, teria comportado a necessidade de os soberanos adaptarem as próprias sepulturas, qualquer que fosse a forma por estas assumida, a espaços preexistentes, já historicamente definidos e, como tal, «intocáveis» (sobretudo tratando-se de uma abadia cisterciense). Nestas condições, a opção monumental não teria sido fácil de alcançar.

Podemos supor, portanto, que estas duas específicas circunstâncias tenham exercido uma certa influência na escolha de D. Dinis de parcial emancipação da Abadia de Sta. Maria de Alcobaça em favor do Real Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odiveias. De facto, o rei era patrono e benfeitor deste mosteiro, do qual escrevera e repetidamente modificara as Ordenações, na base da vida conventual²², com o beneplácito do titular da diocese de pertença e do Abade de Alcobaça e sobre o qual podia fazer pesar o seu papel e a sua autoridade relativamente à vida da comunidade religiosa, à administração e à gestão económica do cenóbio e, por fim, à organização e utilização dos espaços da igreja.

Diferenciando-se dos seus antepassados, D. Dinis encomenda a realização do próprio monumento funerário. Aliás, no respeito da partilha da *sepultura eclesiástica*, junto com a mulher D. Isabel, manda executar dois sarcófagos individuais, mas correspondentes a um único projecto monumental, sendo criados para um contexto específico, o do mosteiro feminino cisterciense de Odiveias, e para ser colocados num espaço concreto, o centro da nave, entre a capela-mor e o coro das monjas. O monumento do rei encontra-se ainda hoje na igreja de S. Dinis de Odiveias, na capela do Evangelho, enquanto que o que resta do túmulo da rainha foi por nós recentemente identificado na arca n. inv. 75 *Esc*, guardada no Museu Arqueológico do Carmo de Lisboa (onde está atribuída à infanta D. Constança Manuel). Os

²⁰ Sobre o pioneirismo de D. Dinis, veja-se: SILVA, 2009: 407-411.

²¹ Sobre a evolução do espaço funerário, SILVA, 1997: 45-59.

²² V. p. 418 e nota 9.

quatro frontais das duas arcas apresentam um programa iconográfico quase idêntico, celebrando a Ordem de Cister, nos seus ramos masculino e feminino²³.

A ideia de fazer do Real Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas o panteão régio teve vida breve, pois não sobreviveu à guerra civil (1319-1324) e ao conflito directo entre pai e filho e as desavenças entre marido e mulher. Na sequência, os cônjuges separaram-se, na morte e para a eternidade, optando por uma sepultura individual em lugares distintos: o rei, no respeito de decisões já tomadas, no mosteiro de Odivelas; a rainha, após a morte do consorte, no Mosteiro de Sta. Clara e Sta. Isabel de Coimbra. A data limite para a existência do panteão de Odivelas é a do testamento de D. Dinis de 20 de Abril de 1322, em que, diferentemente do que tinha acontecido no passado, se expressa não contemplando a presença da sepultura da mulher junto da sua. Apesar disto, se bem que por poucos anos, entre 1318 e 1322, o Real Mosteiro de S. Dinis representou e funcionou efectivamente como panteão da família real.

Além do projecto monumental do casal régio, encomendado e realizado pelo menos no que se refere ao do rei, um outro monumento funerário, ainda hoje *in loco*, foi mandado executar: trata-se do túmulo que propusemos atribuir ao infante D. Dinis. É nossa opinião que o primeiro membro da família real a ser sepultado no panteão foi o príncipe D. Dinis, não obstante a *Monarquia Lusitana* nos informe que ele jaz na abadia de Alcobaça. Filho dos futuros reinantes, o herdeiro D. Afonso e a princesa Beatriz de Castela, nasceu a 12 de Fevereiro de 1317 e terá provavelmente falecido ao findar o primeiro ano de vida, em 1318²⁴.

Por muitos anos, a arca com jacente localizada na capela da Epístola na igreja de S. Dinis de Odivelas, por nós dada ao infante D. Dinis, representou um verdadeiro enigma para os historiadores da arte. Numa primeira interpretação, entendeu-se que a mesma conservaria os restos mortais duma filha natural de D. Dinis, D. Maria Afonso, professa no Mosteiro de Odivelas, possivelmente abadessa da comunidade entre 1317 e 1318, a qual teria falecido em 1320²⁵. Na realidade, uma observação atenta do jacente exclui a possibilidade de se tratar de uma jovem mulher. O facto de a estátua não vestir o hábito, nem o véu, nem qualquer elemento assimilável a uma *forma vitae* religiosa, aliado à representação das armas do Reino de Portugal e do Reino de Castela e Leão nos quatro frontais da arca, não reconduzem à personagem em questão, dissipando qualquer dúvida. Além disto, se realmente se tratasse de

²³ Para a atribuição da arca n. inv. 75 *Esc* del MAC à rainha D. Isabel de Aragão, veja-se: ROSSI VAIRO, cit.: 856-861 e SILVA *et al.*, 2010: 177-196.

²⁴ Esta tese, devidamente desenvolvida, foi apresentada em ROSSI VAIRO, 2011a. Para os dados biográficos sobre o infante D. Dinis, e *Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra*, cfr. SOUSA, cit.: 47-66.

²⁵ Sobre a sepultura de Maria Afonso no mosteiro de Odivelas, veja-se: BRANDÃO, cit.: 225v.

D. Maria Afonso, religiosa do mosteiro, nunca teria sido possível colocar o seu túmulo no interior da igreja, dentro de uma capela (onde o estado de conservação da peça sugere ter sempre ficado) – sobretudo na altura dos factos, considerando a estrita observância da clausura imposta pelo fundador –, mas sim no coro ou no claustro, espaços reservados à comunidade de monjas²⁶.

Há uns anos atrás, Carla Varela Fernandes²⁷ pôs em causa a associação deste túmulo a D. Maria Afonso, formulando uma nova proposta de identificação do jacente atribuindo-o ao infante D. João, filho de D. Afonso IV e D. Beatriz de Castela, nascido a 23 de Setembro de 1326 e falecido com apenas um ano de idade, em 1327²⁸. A única fonte documental para suporte desta hipótese é a rápida passagem da *Cronica del'Rey D. Alfonso IV* em que se refere a notícia, retomada também pelo cronista Brandão na *Monarquia Lusitana*, de que o infante D. João foi sepultado junto do avô no mosteiro de Odivelas²⁹.

Na verdade, são numerosos os argumentos que, na ausência de fontes documentais directas, nos permitem avançar com a hipótese de identificação do jacente como sendo o infante D. Dinis. Em primeiro lugar, a escolha do *locus mortis*, ou seja, a igreja do Mosteiro de São Dinis e S. Bernardo de Odivelas, dedicada pelo rei ao seu santo protector, São Dinis, por ter nascido no *die natalis* do santo Bispo de Paris (9 de Outubro). O infante, embora nasça em outra data, recorda porém, no nome, não só o avô, mas também o titular da igreja. Por esta razão, é lícito pensar que se tenha optado pela tumulação do menino no mosteiro dedicado a São Dinis, para estender também ao infeliz infante a protecção espiritual do santo.

Vista a homonímia, é possível que o soberano fosse o padrinho de baptismo da criança. Para além desta eventualidade, está historicamente documentado o carinho especial que D. Dinis nutriu para com este neto. É o próprio rei a dar disso testemunho quando, no primeiro manifesto, de 1 de Julho de 1320, publicado contra o príncipe rebelde D. Afonso recorda como na altura do nascimento do menino pedira ao filho para o criar e educar na sua casa «como cousa que amava... ca no avya nenhum na terra que o mays de vontade criasse nem tam bem nem tam onrradamente»³⁰. O

²⁶ É nesta perspectiva que devem ser interpretadas as palavras do cronista Brandão, quando refere que a «sepultura» de Maria Afonso – não o «moimento» – se encontrava «na parede do claustro que responde à da Capella de São João Baptista». Provavelmente, Maria Afonso foi tumulada na parede no interior do claustro correspondente à capela de S. João, no interior da igreja.

²⁷ VARELA, 2006: 73-86.

²⁸ O *Livro da Noa* informa-nos que o infante D. João nasceu a 23 de Setembro de 1326, enquanto António Caetano de Sousa indica o dia 21 de Junho de 1327 como data da morte: cfr. de SOUSA, cit.: 193.

²⁹ *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, ed. C. da Silva Tarouca (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952), 142: «E ouve mais ho Ifamte D. Joham, que tambem faleçeo moço, e jaz sepultado no Mosteyro d Odivelas, jumto com elRey D. Denis, seu avoo»; BRANDÃO, cit.: 225.

³⁰ LOPES, 1967: 42.

pai levantara objecções, meditando a possibilidade de o enviar para a corte da sogra Maria de Molina e do infante Pedro de Castela, despertando desta forma a ira do rei. Passados quase dois anos sobre o falecimento da criança, D. Dinis admoestava ainda severamente o herdeiro por ter pensado mandar criar em terra estrangeira «o Iffante que avya derdar os Regnos de Portugal e do Algarve» e que, se tivesse sobrevivido, teria garantido a continuidade dinástica do reino³¹.

Ilustre testemunha da ligação afectiva entre o avô e o neto é o papa João XXII que, por ocasião do luto, dirige uma carta ao monarca – não aos pais –, para consolá-lo da morte do amado *bone memorie Dionisii nepotis*³².

Também as crónicas, fontes narrativas mais tardias, confirmam a relação especial entre o rei e o infante Dinis. Rui de Pina detém-se a descrever o desconforto de D. Dinis após a morte da criança em que depositara as suas esperanças de sucessão, referindo que «elrey foy tam anoxado e triste que no sabia nem podia com nenhuma cousa ser ledto nem consollado»³³. Somente neste único caso e de tal maneira o autor dá conta do sofrimento do soberano pela perda duma pessoa querida.

Ao contrário, não existe ligação afectiva entre D. Dinis e o infante D. João, que não chegou a conhecer, por este ter nascido a 23 de Setembro de 1326, depois da morte do rei (ocorrida a 7 de Janeiro de 1325), e falecido em 1327. Não há nenhuma razão, assim, para que este neto tivesse de jazer junto do avô no mosteiro de Odivelas: àquela data, este representa somente o mausoléu de D. Dinis e depois da guerra civil, conflito directo entre pai e filho, tudo leva a crer que ficará como tal. Sepultar o menino aí teria podido significar que D. Afonso IV concordava com o projecto de panteão familiar do pai; mas, naquela altura, este já não existia, «boicotado» desde o interior pelo próprio promotor, D. Dinis, de acordo com D. Isabel que, ainda em vida do consorte, se distanciara deste³⁴.

Encontramos outro argumento em favor da identificação do jacente com o infante D. Dinis na atitude análoga à do soberano assumida, uns anos mais tarde, pela rainha-mãe para com a neta Isabel, nascida a 22 de Dezembro de 1324, baptizada pela avó e criada em sua casa até à morte, ocorrida a 11 de Julho de 1326. No seu

³¹ LOPES, 1967: 42.

³² ASV – *Reg. Vat.*, 109, ep. 576, f. 141r – 141v; de Avinhão, 10 de Junho de 1318.

³³ Rui de Pina, *Crónica de D. Dinis*, (Porto: Civilização, 1945), 100. Também a *Crónica de D. Dinis* de 1419 regista a morte do neto e o conseqüente sofrimento do rei: cfr. *Crónica de D. Dinis*, edição do texto inédito do Cód. Cadaval 965 por C. da Silva Tarouca (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947), 173: «Em esta sezão morreo o Iffante D. Denjs; seu avo, elRey, tomou grande nojo».

³⁴ Além disto, todos os reis da primeira dinastia, a partir de D. Dinis (D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando), fazem de propósito escolhas distintas respeito às dos respectivos padres, no intuito de criar alguma coisa de novo, de diverso, de sempre maior efeito e de simbólica ruptura com o passado, também na vontade de tomar as distâncias e de distinguir-se dos seus directos antecessores.

último testamento, D. Isabel manda que a princesa, falecida com um ano e meio de idade, descanse junto de si no mosteiro clarista de Coimbra³⁵.

Também sob o ponto de vista puramente histórico-artístico, pode afirmar-se que este jacente não representa o infante D. João, mas sim o infante D. Dinis. Se este sepulcro tivesse sido para o infante D. João, falecido em 1327, isto queria dizer que a peça teria sido realizada depois do túmulo da neta Isabel, hoje na igreja de S. Clara-a-Nova de Coimbra. Da análise estilístico-comparativa dos sarcófagos, reparamos, na verdade, em muitas diferenças de execução: bastará, aliás, concentrarmo-nos no jacente para observarmos uma diversa maneira de proceder. Trata-se da representação, em ambos os casos, de crianças defuntas retratadas como «pequenos adultos»³⁶. Porém, enquanto na estátua de Isabel observamos uma riqueza de pormenores, um deter-se nos detalhes do vestido, das jóias, dos acessórios de princesa e, em geral, um tratamento plástico volumétrico e harmonioso, o mesmo não se pode constatar na imagem do infante D. Dinis, que mostra uma certa rigidez nos volumes e uma ausência de ornamentações, aparecendo sóbria ao ponto de ter feito crer, no passado, na possibilidade de se tratar duma monja cisterciense. Mesmo assim, não é uma peça de menor qualidade: basta reparar no requinte do trabalho de incisão a imitar a trama do tecido que enriquece a dupla almofada sobre a qual descansa a cabeça do menino. Entre as duas obras existem diferenças substanciais de concepção, na ideia de memória que se quer transmitir deles e que está na base da realização material: basta pensar que a princesa está coroada e ele não. Quando morrem, Dinis é filho do infante herdeiro, mas Isabel já é filha de rei; portanto, também João deveria ter algum atributo alusivo ao seu *status* de príncipe e «filho de reis». Finalmente, também a heráldica, presente na arca do menino, deveria «falar» duma forma mais explícita e inequívoca, devendo sobressair as armas do Reino de Portugal.

Entre os dois monumentos não há, portanto, quaisquer elementos convergentes, quer ao nível de execução da figura do defunto/a, quer ao nível da decoração dos diversos frontais do sepulcro. No sarcófago da infanta D. Isabel, os lados longos da arca apresentam imagens de santas inseridas em edículas, sobretudo virgens e mártires, algumas das quais são individualizáveis graças aos atributos identificativos. No túmulo do infante D. Dinis, um motivo vegetalista difuso, fruto de um delicado trabalho de entalhe em baixo-relevo na superfície da pedra, a imitar a trama de um tecido precioso, envolve os escudos com as armas do Reino de Portugal e do Reino de Castela e Leão (dois nos lados cumpridos, um nos lados curtos), enquanto nos cantos se encontram umas figurinhas ajoelhadas sustentando alfaias litúrgicas.

³⁵ Para a transcrição do testamento de 22 de Dezembro de 1327, veja-se SOUSA, cit.: 142-143, e 148-153.

³⁶ Sobre a representação das crianças na arte funerária, veja-se: NUÑEZ RODRIGUEZ, 1982: 36-64.

A análise comparativa poderia continuar, evidenciando muitas outras significativas diferenças de estilo, iconografia, técnica, forma, matérias-primas utilizadas e de concepção, não explicáveis com a realização a um único ano de distância. Se verdadeiramente fosse o túmulo do infante D. João, então deveríamos ter em conta que a sua realização seria posterior ao da princesa D. Isabel e que, entre um e outro, mediará pelo menos um ano. Porém, os sepulcros são produtos de dois mestres caracterizados por uma linguagem não assimilável e não confundível um com o outro, de origem e proveniência geográfica diversas e com habilidades diferentes. Toda esta diversidade não pode justificar-se somente com o facto de que um trabalha em Lisboa-Odivelas e o outro em Coimbra, considerando que, tratando-se duma encomenda relativa a dois filhos dos soberanos, o artista se desloca onde for preciso: esta diferença deve-se também a uma cronologia, mesmo que relativamente próxima, distinta, remontando a realização do túmulo do infante à volta de 1318.

Em conclusão, uma última e definitiva argumentação em favor da nossa atribuição do monumento ao infante D. Dinis: observando atentamente a cabeça e o vulto do príncipe, notam-se algumas analogias com o tratamento das feições do rei D. Dinis, retratado no seu monumento, ajoelhado, na edícula de direita, no lado curto em correspondência com a cabeceira da arca: idêntico é o corte dos olhos, idêntico o tratamento plástico dos ouvidos e dos cabelos, até ao ponto de nos levar a crer que o mestre que esculpiu o jacente do infante tenha trabalhado, se não na estátua do rei, certamente, mesmo que de uma forma pontual, também no túmulo do soberano³⁷.

Em 1318, o Real Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, panteão régio, acolheu os despojos mortais do infante D. Dinis, que, se bem que por pouco tempo, encarnara a possibilidade de continuação dinástica: também por esta razão foi decidido deixar um sinal concreto da sua passagem terrena.

Pelas características que apresenta, o monumento do príncipe constitui por si um *unicum* na produção artística portuguesa, provavelmente o primeiro exemplo de representação de um defunto criança na escultura medieval portuguesa, embora as feições evoquem as dum adolescente. Além disto, tendo em conta a produção escultórica que chegou até nós, podemos afirmar que se trata do primeiro túmulo com jacente com um programa iconográfico coerente realizado para um membro da família real³⁸, respondendo aos específicos pedidos do comitente e, ao mesmo tempo, sendo reflexo dele. Assim, julgamos possível que não tenham sido os pais da

³⁷ Tendo em conta o estado de conservação da peça, neste momento é impossível pronunciarmo-nos sobre a sua totalidade e, nomeadamente, sobre a feitura do jacente. Ulteriores análises e observações serão efectuadas para avançar com esta hipótese.

³⁸ Da análise, de propósito excluímos o túmulo da rainha D. Beatriz (f. 1300/1303), mulher do rei D. Afonso III, que apresenta diversos problemas, mesmo a nível de coerência do programa iconográfico que

criança, cujo papel está circunscrito aos símbolos heráldicos, a mandar realizar esta peça, mas o próprio rei D. Dinis. Coadjuvado por doutos conselheiros, o soberano terá fornecido indicações para a execução do programa iconográfico do sarcófago do infante, estabelecendo como este deveria ser recordado, procedendo duma forma em tudo análoga à que, passado algum tempo, usaria para o seu próprio monumento funerário. De certa maneira, o avô endereça e controla a transmissão da memória do neto que, em vida, tinha sido considerado «instrumento» privilegiado da memória do rei, tendo sido elevado a símbolo da mesma, na morte. Desta forma, D. Dinis manda esculpir na pedra a afirmação (da necessidade) da continuidade do seu poder e do seu reinado. No contexto histórico durante o qual a encomenda foi realizada, o monumento torna-se portador duma mensagem política, adquirindo ele próprio um valor político.

O processo de criação da memória de D. Dinis passa através da do infante D. Dinis. Poder-se-ia até afirmar que o ponto de partida deste processo, que se concluirá com a realização do projecto monumental de Odivelas e que terá a sua última consequência na opção por uma sepultura individual no mosteiro cisterciense, tenha coincidido justamente com a encomenda do sepulcro do príncipe.

Considerando todas estas circunstâncias, o túmulo do infante D. Dinis adquire um valor de *exemplum*, de modelo de referência para o qual nos tempos imediatamente posteriores, mas também mais longínquos, se olhou, quer na escultura de género – veja-se o túmulo da princesa D. Isabel, irmã do infante, mas também o monumento do infante D. Afonso, filho dos reis D. João I e D. Filipa de Lancastre, que viveu entre 1390 e 1400 e que devia herdar o reino, conservado na Sé de Braga -, quer, em geral, na escultura funerária portuguesa *tout court*.

Em conclusão, é oportuno chamar a atenção para o facto de que, entre as inúmeras implicações e onerosas consequências que esta identificação do jacente com o infante D. Dinis leva consigo, se encontra a de nos obrigar a repensar a cronologia de muitos túmulos realizados por estes anos, primeiro entre todos, o do rei D. Dinis, e a reflectir duma forma diferente sobre a evolução da arte funerária de corte do período *dionisino*.

se desenvolve nas quatro faces da arca e do jacente. Como tal, pensamos que o estudo do monumento da rainha necessite de ulteriores aprofundamentos.

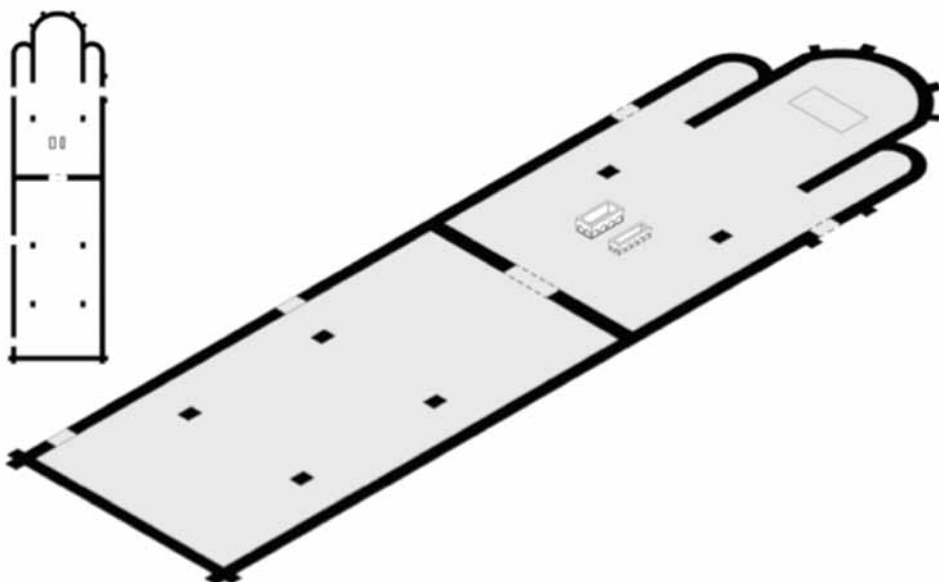


Figura 1 – Igreja de S. Dinis de Odivelas. Hipótese de reconstrução do projecto monumental dos reis D. Dinis e D. Isabel (Projecto: Giulia Rossi Vairo; Elaboração gráfica e reconstrução virtual: Arq. Alessandra Perluigi).



Figura 2 – José Custódio Vieira da Silva (Copyright Imago), Túmulo do infante D. Dinis. Igreja de S. Dinis, Odivelas.



Figura 3 – Giulia Rossi Vairo, Túmulo da infanta D. Isabel. Mosteiro de S. Clara-a-Nova, Coimbra.



Figura 4 – José Custódio Vieira da Silva (Copyright Imago), Túmulo do infante D. Dinis. Igreja de S. Dinis, Odivelas.



Figura 5 – José Custódio Vieira da Silva (Copyright Imago), Túmulo do rei D. Dinis. Igreja de S. Dinis, Odivelas.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Francisco (1976) – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*. Introdução de A. da Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e E. dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, f. 218v e ss.
- DIAS, Pedro (1988) – *Domingos Domingues, arquitecto régio do século XIV*. In *Arte Portuguesa. Notas de Investigação*. Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 9-24.
- FERNANDES, Carla Varela (2006) – *Proposta de identificação de um jacente medieval. O infante D. João*. «Artis. Revista do Instituto de História da Arte», n.º 5. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 73-86.
- GOMES, Saul António (1997) – *Os Panteões Régios Monásticos Portugueses nos séculos XII e XIII*. In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, administração, cultura e Igreja em Portugal no século XII*. Guimarães: ASA e Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, vol. 4, p. 281-295.
- LOPES, Félix (1967) – *O primeiro manifesto de el-Rei D. Dinis contra o Infante D. Afonso seu filho e herdeiro*. «Itinerarium», 13: 55, p. 17-45.
- NUÑEZ RODRIGUEZ, Manuel (1982) – *El concepto de la muerte en la 'aetas imperfecta': iconografía del niño*. In *La Idea y el Sentimiento de la Muerte en la Historia y en el Arte de la Edad Media (II)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 36-64.
- PIZARRO José Augusto de Sotto-Mayor, (2005) – *D. Dinis*. Lisboa: Temas & Debates.
- ROSSI VAIRO, Giulia (2009) – *Isabella d'Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di S. Dinis di Odivelas*. In ALBUQUERQUE CARREIRAS, José Luís; GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel, coord. – *Actas. IV Congreso Internacional sobre el Císter en Portugal y Galicia*. Ourense: Ediciones Monte Casino, tomo II, p. 845-856.
- ROSSI VAIRO, Giulia (2011a) – *'Pro salute animae': a peregrinação de D. Dinis a Compostela. Antecedentes e consequências*. In MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana, coord. (2011) – *Incipit 1. Workshop de Estudos Medievais, 2009-20120*. Porto: Universidade do Porto, p. 9-23. (Biblioteca Digital).
- ROSSI VAIRO, Giulia (2012) – *Isabel de Aragão e a Ordem de Cister em Portugal*. In *Actas do Congresso Internacional das Ordens e Congregações religiosas em Portugal. Memória, Presença e Diáspora* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2-5 de Novembro de 2010). A publicar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA José Custódio Vieira da (1997) – *Da galilé à capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa*. In *O fascínio do fim*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 45-59.
- SILVA José Custódio Vieira da (2003) – *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça* Lisboa: IPPAR.
- SILVA José Custódio Vieira da (2009) – *A construção de uma imagem. Jacentes de nobres portugueses do século XIV*. In *El intercambio artístico entre los reinos hispanos y las cortes europeas en la Baja Edad Media*. León: Universidade de León, p. 407-429.
- SILVA José Custódio Vieira da; RAMÔA, Joana e; ROSSI VAIRO, Giulia (2010) – *Escultura tumular do Museu Arqueológico do Carmo: algumas reflexões e propostas de identificação*. In QUARESMA, José; ROSA DIAS, Fernando (coord.) – *Chiado: efervescência urbana, artística e literária de um lugar*. Lisboa: CIEBA- Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, p. 172-207
- SOUSA, António Caetano de (1946-1957) – *Provas da História genealógica da Casa real portuguesa*. I. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, p. 133-140.

TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e (Marquês de Abrantes) (1983) – *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, n. 347, p. 258, figs: p. 272-273.

TEIXEIRA Francisco Manuel de Almeida Correia, (2007) – *A arquitectura monástica e conventual feminina em Portugal, nos séculos XIII e XIV*. Tese de doutoramento. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

VENTURA, Leontina (2009) – *D. Afonso III*. Lisboa: Temas & Debates

VILAR, Hermínia Vasconcelos e; BRANCO, Maria João (1992) – O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. In *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*. Vol. I. Ourense: Xunta de Galicia, p. 589-601.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Secreto Vaticano (ASV) – *Registri Vaticani*, 109, ep. 576, f. 141r-141v.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT) – *Gavetas*, maço 1, docc. 1 e 4.

IAN/TT – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 3, f. 165-171.

IAN/TT – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 30, f. 9v-13.

FONTES IMPRESSAS

PINA, Rui de (1945) – *Crónica de D. Dinis (segundo o códice inédito n. 891 da Biblioteca Municipal do Porto, seguida da versão actualizada da edição Ferreiriana de 1726)*. Porto: Livraria Civilização Editora.

Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra. In SOUSA, António Caetano de (1946-1957) – *Provas da História genealógica da Casa real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora.

(1947) *Crónica de D. Dinis*. Edição do texto inédito do Cod. Cadaval 965 por Carlos da Silva Tarouca. Coimbra: Universidade de Coimbra.

(1952) *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*. Edição crítica por Carlos da Silva Tarouca. Lisboa: Academia Portuguesa da História.